

“Implicações parvas”: a diplomacia brasileira nos escritos de Lima Barreto

“Trivial implications”: Brazilian diplomacy in the writings of Lima Barreto

<https://doi.org/10.26512/rhh.v13i29.57059>

Fernando Sousa Leite

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0009-0007-1847-7797>

sousaleite.fernando@gmail.com

Resumo

A história da política externa do Brasil é extensivamente estudada por meio de fontes oficiais, em especial documentos do Ministério das Relações Exteriores, de modo que a produção historiográfica tende a reproduzir o discurso oficial da chancelaria brasileira. A proposta deste artigo é analisar as opiniões acerca da atuação exterior do Brasil nos escritos do autor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto, com ênfase em suas crônicas. Diplomatas são personagens constantemente retratados na obra desse escritor e costumam ser representados como sujeitos que conferem preeminência à forma, em detrimento do conteúdo. Lima Barreto foi contemporâneo do Barão do Rio Branco e sustenta postura crítica em relação à gestão desse diplomata à frente do Itamaraty, mesmo após a morte do chanceler, e de seus sucessores. O estudo dos escritos de Lima Barreto, cuja produção coincide, em parte, com um período da política externa brasileira capitaneado por Rio Branco e considerado como áureo pela historiografia correspondente, confere olhar de época que escapa à oficialidade das fontes comumente analisadas pelos pesquisadores.

Palavras-chave

Lima Barreto; Barão do Rio Branco; diplomacia; política externa brasileira

Abstract

Brazilian foreign policy is extensively studied through official sources, particularly documents from the Ministry of Foreign Affairs. As a result, historiographical production often tends to replicate the discourse of the national chancellery. This article aims to analyze perspectives on Brazil's foreign activities as portrayed in the writings of Lima Barreto, a renowned Brazilian author, with a particular focus on his chronicles. Diplomats appear as recurring characters in Barreto's work, frequently depicted as individuals who prioritize form over substance. Lima Barreto, a contemporary of the Baron of Rio Branco, held a critical view of Rio Branco's tenure as head of the Itamaraty, a stance he maintained even after the chancellor's death, so as of his successors. Barreto's writings, which partially overlap with what historiography considers a "golden era" of Brazilian foreign policy under Rio Branco, offer a contemporaneous perspective that diverges from the official narratives typically analyzed by researchers.

Keywords

Lima Barreto; Baron of Rio Branco; diplomacy; Brazilian foreign policy

A história da política externa brasileira por um ângulo bilontra: as implicações parvas de Lima Barreto

Nascido no Rio de Janeiro, em 1881, o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto é autor de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, *Clara dos Anjos*, *Os Bruzundangas*, entre outros livros, publicados em vida ou após sua morte. Além de seu emprego no cargo de amanuense da Diretoria de Expediente da Secretaria da Guerra, no qual foi admitido por concurso público em 1903, estabeleceu-se como jornalista com contribuições frequentes na imprensa do início do século XX, a exemplo dos periódicos *Correio da Noite*, *A.B.C.*, *Gazeta da Tarde*, *Revista Souza Cruz*, *Jornal do Comércio*¹, além de revistas ilustradas como *Fon-Fon* e *Careta*. Iniciou sua carreira como jornalista no prestigiado *Correio da Manhã*, do qual é proscrito quando vem a público *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, uma sátira do que se passava na redação desse periódico, com seus funcionários ridicularizados nos personagens. Fundou, ainda, sua própria revista, a *Floreal*, cujo título fazia referência à Revolução Francesa, que não passou de quatro exemplares. Foi exceção aos literatos que “se dedicaram a produzir para o sorriso da elite carioca, com as antenas voltada para a Europa”², conforme explica o historiador José Murilo de Carvalho.

Lima Barreto tinha o Rio de Janeiro como seu palco de excelência e sua escrita abrangia tanto a vibrante rua do Ouvidor quanto os subúrbios da cidade. O autor, inclusive, se revela contrário à transferência da capital federal para o centro do país³, como preconizava a Constituição de 1891, plano finalmente concretizado com a inauguração de Brasília, em 1960. Nada escapava a sua pena. Escrevia sobre tudo: desde reformas urbanas com seus melhoramentos questionáveis e criminalidade na cidade do Rio de Janeiro, sistema eleitoral com suas práticas viciadas, até política internacional. A atuação do Brasil no plano global estava na ordem do dia e era discutida intensivamente em suas colunas. Francisco de Assis Barbosa – autor de *A vida de Lima Barreto*, primeira biografia desse escritor, lançada em 1956 – recupera o texto de um cronista anônimo datado de 1889 e constata que, nas ruas, cafés e botequins da Rua do Ouvidor, “conversava-se sobre a política exterior”⁴, entre outros temas de predileção.

1 O *Jornal do Comércio* publicou inicialmente o clássico *Triste fim de Policarpo Quaresma* em formato de folhetim, antes que esse fosse lançado em formato de livro – processo que costuma ocorrer com boa parte das obras de Lima Barreto.

2 Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 39-40.

3 Barreto, Lima. “A mudança do Senado” ([Brás Cubas], 26-9-1918). In: Barreto, Lima. *Toda Crônica* (apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença). 1ª ed. 2 v. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

4 Barbosa, Francisco. *A vida de Lima Barreto*. 2017, p. 59.

Como afirma Ruy Castro, “a imprensa da época adorava uma briga”⁵ — e Lima era um grande entusiasta das contendas literárias. Apesar de nem sempre analisar os temas devidamente, procurava emitir opinião sobre todos eles, como cumpre ao cronista. Com sua literatura subversiva de base, em grande parte satírica, como define Felipe Botelho Corrêa⁶, Lima Barreto se rebela contra as instituições estabelecidas. Como o próprio autor declara, implicava com os diplomatas: “o que eu tenho são implicâncias parvas; e é só isso. Implico com três ou quatro sujeitos das letras, com a Câmara, com os diplomatas, com Botafogo e Petrópolis”⁷. Dos três ou quatro sujeitos das letras, podemos arriscar os nomes de Coelho Neto, João do Rio, Hélios Lobo e Domício da Gama — esses dois últimos foram diplomatas e membros da Academia Brasileira de Letras (ABL). Implicava, em especial, com diplomatas que se metiam a sujeitos das letras. A existência dessa pretensa elite, portanto, com sua representação político-diplomática na Câmara e no Itamaraty, além de sua residência em Botafogo e Petrópolis, lhe importunava. Nesse contexto, as letras representavam a expressão do poder político. José Murilo de Carvalho afirma que “não seria tão fácil estabelecer os parâmetros de uma convivência pacífica entre a República da política e a República das letras”⁸, uma vez que “os intelectuais desistiram da política militante e se concentraram na literatura, aceitando postos decorativos na burocracia, especialmente no Itamaraty de Rio Branco”⁹ — argumento constante da obra de Lima Barreto.

Itamaraty é a denominação conferida ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), e Barão do Rio Branco é José Maria da Silva Paranhos Jr, diplomata que esteve à frente do MRE, entre 1902 e 1912. Com decisões até hoje estudadas — a exemplo da aquisição do território do Acre, que então fazia parte da Bolívia, por meio da negociação do Tratado de Petrópolis, concluída em 1903 —, atualmente o Barão do Rio Branco é o patrono da diplomacia brasileira e empresta, desde 1945, seu título à escola de formação dos diplomatas nacionais — o Instituto Rio Branco.

Como os diplomatas são operadores da política externa, a própria atuação internacional do Brasil era posta em xeque, uma vez que não estaria comprometida com decisões que atenderiam necessariamente o interesse nacional, mas tão somente seus desígnios particulares enquanto agentes públicos dotados de imunidades e privilégios no exterior. Ser diplomata representava um signo de distinção social ao qual o escritor buscava se contrapor e a ironizar. Como ele escreve, “não sei grego nem latim, não li a gramática do

5 Castro, Ruy. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 155.

6 Corrêa, Felipe. *Sátiras e outras subversões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

7 Barbosa. Op. Cit., p. 213.

8 CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 26.

9 Ibidem, p. 37.

Senhor Cândido Lago, nunca pus uma casaca e não consegui até hoje conversar cinco minutos com um diplomata bem talhado”¹⁰. Ao introduzir *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* em uma espécie de prefácio intitulado “Explicação Necessária”, o narrador-personagem Augusto Machado apresenta suas credenciais para ser o biógrafo de Gonzaga de Sá, em trecho que repete o mesmo raciocínio com exatamente os mesmos termos¹¹. Nesse sentido, o diplomata é visto como pertencente a uma casta superior. O ato de conversar com um diplomata “bem talhado” era comparado a saber grego, latim ou mesmo de deter notável saber gramatical. Ainda assim, quando elogia Machado de Assis, “homem aclamado e considerado”, chama-o “grande chanceler das letras”¹².

Os entrevistos internacionais aparecem com frequência na literatura barretiana, tanto nas abordagens de suas crônicas quanto em passagens ou personagens de seus romances. Como lembra o professor Dawisson Lopes, as referências a diplomatas eram comuns em produções literárias do começo do século XX. O experimentado Conselheiro Aires, de Machado de Assis, aparece inicialmente em *Esau e Jacó* e depois ganha romance próprio. Esse personagem costuma ser inclusive identificado como catarse literária do Bruxo do Cosme Velho. Lopes cita ainda “o secretário d’el Rei, de Oliveira Lima”, que “reproduzia o sentido do dever e o nacionalismo ingênuo de certos homens de Estado”. E, por fim, Castelo, personagem do conto “O homem que sabia javanês”, de Lima Barreto. Velhaco e finório, esse tipo é “promovido a cônsul do Brasil em Havana por dominar, supostamente, a exótica arte de falar javanês”, como resume Lopes.¹³

Consta da biblioteca de Lima Barreto, catalogada pelo próprio autor e transcrita por Francisco de Assis Barbosa, o título *A ilusão americana*, de Eduardo Prado. Lançado em 1890, essa publicação retrata as impressões de Prado sobre esse momento de queda da monarquia e da consequente ascensão da República do Brasil, que buscava nos Estados Unidos seu modelo legitimador – nossa “tradição nacional”, no entanto, seria “muito oposta àquele país cheio de más sugestões para os imitativos”, segundo Lima Barreto.¹⁴ Esse livro embasará as opiniões do escritor a respeito da ascensão dos Estados Unidos no contexto internacional e da consequente aproximação do Brasil em relação àquele país, como se verá a seguir. Do subúrbio, Lima analisava o mundo e tentava interpretar

¹⁰ Ibidem, p. 109.

¹¹ Barreto apud Scheffél, Marcos. “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá: possibilidades éticas e estéticas do romance moderno brasileiro” In: *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (apresentação e notas Marcos Scheffél). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2023, p. 13.

¹² Barreto, Lima. “Esta minha letra...” (Gazeta da Tarde, 28-6-1911). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 90.

¹³ Lopes, Dawisson. “Os últimos parnasianos. Ascensão e declínio do formalismo na Casa de Rio Branco”, 2014. Disponível em [https://insightinteligencia.com.br/os-ultimos-parnasianos-ascensao-e-declinio-do-formalismo-na-casa-de-rio-branco/]. Acesso em 21/12/2024.

¹⁴ Barreto, Lima. “A casa dos espantos” (Atualidade, 20-7-1919). In: Resende; Valença, 2004, v. 1, p. 575.

o impacto nacional e local que decisões externas do Brasil poderiam acarretar, similarmente ao que fazem pesquisadores de política internacional baseados em diversas universidades e faculdades pelo país, não necessariamente localizadas em grandes centros metropolitanos. Como explica o próprio autor, “se o Brasil não é o Rio de Janeiro [...], o Rio de Janeiro também não é a Rua do Ouvidor”¹⁵. A proposta deste artigo é analisar a visão de Lima Barreto sobre a política externa brasileira de sua época, expressa em algumas passagens de seus escritos, com ênfase na forma de provimento de cargos públicos no Itamaraty e em suas disputas literárias internas. Serão analisadas, em especial, as crônicas desse escritor, em perspectiva que foge às fontes oficiais comumente analisadas nesse campo de estudo. Como afirma Lima Barreto, “falo, sem temor, dessas cousas da política internacional porque conheço o estofado dos pedantes que a querem fazer coisa transcendente”¹⁶. Além disso, desconfiava mesmo de quem não tinha opiniões sobre assuntos diversos: “fico a pensar: como é que gente tão rica, poderosa e influente, pode conversar tanto tempo e não ter uma ideia, uma reflexão sobre o atual estado angustioso do mundo”¹⁷. Mais do que “política externa”, trata-se nesse caso de analisar as relações entre “política administrativa” e “política literária”.

Os pés no Prata e a cabeça nas Guianas

O início do século XX relaciona-se diretamente com o processo de americanização da política externa do Brasil, capitaneado por Quintino Bocaiúva e Salvador Mendonça e, posteriormente, pelo Barão do Rio Branco. Nesse contexto, a diplomacia nacional passa a privilegiar o contexto hemisférico, com ênfase no relacionamento com os Estados Unidos, em detrimento das tradicionais relações mantidas com as potências europeias.¹⁸ Essa aproximação com o “grande irmão do Norte” se constata em atos como a assinatura, em 1891, do Convênio Aduaneiro com os Estados Unidos – acordo anteriormente negado pela diplomacia do Império – e a aceitação da intervenção norte-americana no âmbito da Revolta da Armada em 1894, em defesa do então presidente Floriano Peixoto¹⁹. A república nascente fará, portanto, opção pelo denominado panamericanismo – ideia constante no Manifesto do Partido Republicano de 1870.

15 Barreto, Lima. “O que é, então?” (Lanterna, 22-1-1918). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 306.

16 Barreto, Lima. “São capazes de tudo...” ([A.B.C.], [11]-1-1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 447.

17 Barreto, Lima. “Até Mirassol I (Notas de viagem)” (Careta, 23-4-1921). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 353.

18 Altemani, Henrique. *Política Externa Brasileira*. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

19 Bueno apud Altemani, 2005.

Lima Barreto foi contemporâneo à gestão do Barão do Rio Branco. Lima descreve as questões de limites, um dos pontos da gestão desse chanceler mais elogiados pela historiografia, como “bobas”. Seria um problema arranjado pelo Barão, “uma “complicação diplomática que ele próprio desfizesse e recebesse uma ovação dessa mulataria, com grande gáudio dele, a mostrar-se orgulhosamente à *mistress*, como ídolo dessa negralhada brasileira que quer ser latina”²⁰. Talvez ficasse mesmo irritado pelo fato de o Barão – um sujeito com título nobiliárquico e herdeiro do próprio Visconde de Rio Branco, o José Maria da Silva Paranhos pai, de grande proeminência no Império, notadamente no que diz respeito à atuação do Brasil na região platina –, ser o responsável pela condução da política externa republicana, como se isso denotasse uma falha de caráter tanto do regime quanto de seu Ministro das Relações Exteriores.

Lima Barreto desconfia dos louros atribuídos ao Barão quanto ao estabelecimento de fronteiras no caso do Amapá e das Missões e menciona o livro *Manual da História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero e João Ribeiro, que afirmava o seguinte:

uma boa parte das luzes das duas memoráveis vitórias devia caber a Joaquim Caetano da Silva e a Teixeira de Melo; o primeiro escreveu um livro exaustivo, *L'Oyapock et l'Amazone*, sobre a fronteira com a Guiana Francesa; e o segundo, uma extraordinária memória que muito elucidou a nossa contenda com a Argentina.²¹

Essa ideia é repetida em *Os Bruzundangas*:

Ele estudou – é verdade – as nossas questões de limites, mas nunca falou no Joaquim Caetano, nem no velho Teixeira de Melo. Propositadamente, esqueceu-os; e fez que as gazetas os esquecessem também... Quando o imperador leu o *L'Oyapock et l'Amazone* de Joaquim Caetano, disse que o livro valia um exército de seiscentos mil homens. Ganha Juca a questão do Amapá, recebe dotação, pensão e os filhos também; entretanto, a filha de Joaquim Caetano vive miseravelmente... É isto! Este Rio Branco é egoísta, vaidoso e ingrato...

Ainda se referindo a Rio Branco, promete “se a minha vida mudar de curso e se fizer menos árdua, eu tentarei o trabalho, para que os vindouros não tenham uma noção falsa de um grande homem”²². Lima Barreto pretendia dedicar-se mais a suas implicações

20 Barreto, Lima. “A casa dos espantos” (Atualidade, 20-7-1919). In: Resende; Valença, 2004, v. 1, p. 575.

21 Barreto. “A corte do Itamarati” (1918). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 396.

22 Ibidem, p. 397.

parvas e confessa “queria examinar a corte do Itamarati, queria levar aos leitores as minhas impressões pessoais das coisas e dos homens que a compõem; mas desgraçadamente eles são tão sem relevo e iguais que eu seria cacete...”²³

Lima Barreto caracteriza as vitórias de Rio Branco nas disputas lindeiras como “vício brasileiro, essa fome de territórios que, mais do que qualquer outro defeito ou qualidade nossa, faz inspirar desconfiança aos nossos vizinhos”²⁴. Segundo o escritor, “não há bom senso que faça perceber aos brasileiros que já temos territórios demais”, mas que o Barão “acha pouco esses milhões de quilômetros quadrados, por aí abandonados e sem utilidade”. Para Lima, “o nosso primordial dever consistiria em conservar os que já temos e aproveitá-los da melhor maneira”²⁵. Sob um olhar contemporâneo, à luz de disputas por recursos naturais, contar com aquele território – de vultosas reservas hídricas – representa trunfo estratégico. Nesse caso, tratava-se de opinião quase ingênua, uma vez que a descoberta de reservatórios de água no território que hoje corresponde ao Acre se revela estratégica em eventual cenário de escassez hídrica, que enseja disputas já enfrentadas por alguns países naquilo que se define como hidropolítica.

O período da política externa brasileira capitaneado por Rio Branco é considerado como áureo pela historiografia correspondente. Um dos méritos atribuídos à gestão de Rio Branco na condução dos negócios estrangeiros foi o de antever a ascensão dos Estados Unidos como principal potência mundial, aproveitando ao máximo os benefícios que poderiam advir dessa relação. Na visão de diversos estudiosos da história da política externa do Brasil²⁶, a inflexão de rumos da política externa brasileira em direção àquele país da América do Norte não pode ser interpretada como alinhamento automático, mas sim como uma forma de aumentar o poder de barganha do país. Em contrapartida, Lima Barreto argumentava que “desde que o Senhor Rio Branco ou Silva Paranhos meteu-se no Itamarati, o Brasil se ‘endomingou’”²⁷, uma vez que “substituir o ideal coletivo que é espontaneamente o nosso, por um outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento, é suicidar-nos”²⁸. Lima Barreto foi um “viúvo” do Barão; afinal, passados 12 anos de sua morte, continuava a comentar sua gestão.

23 Idem.

24 Barreto. “Será sempre assim?” (1922). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 478.

25 Idem.

26 Vide, por exemplo, Cervo; Bueno, 2010; e Altemani, 2005.

27 Barreto. “São capazes de tudo...” (1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 447.

28 Barreto. “O nosso ‘ianquismo’” (1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 481.

Bradford Burns argumenta que “parece ter havido um acordo tácito, pelo qual o Brasil reconhecia a hegemonia americana na América do Norte e os Estados Unidos respeitavam as pretensões brasileiras a uma posição hegemônica na América do Sul”²⁹. Buscava-se, portanto, proceder ao “deslocamento do eixo Londres para Washington, retraindo a influência inglesa”³⁰, com vistas a conferir maior autonomia ao país no contexto internacional. Lima Barreto, por sua vez, acreditava que após a gestão de Rio Branco, o Brasil havia se convertido em “disfarçado protetorado” da “monstruosa República da América do Norte”³¹. Segundo o escritor, o Brasil, que tem os “pés no Prata e a cabeça nas Guianas”³², devia tomar as rédeas de sua projeção internacional e não ser “caudatário desavergonhado da América do Norte”³³ e elogia o livro *A ilusão americana*, de Eduardo Prado, que, como já aqui mencionado, constava da biblioteca do autor e que cita mais de uma vez em suas crônicas;³⁴

O Brasil, por seu tamanho territorial e sua expressiva população deveria constituir referenciais próprios, autóctones, e não buscar se basear no modelo norte-americano, incentivado por “diplomatas viajados, acovardados diante da opinião americana”, segundo Lima Barreto, em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Assim, concorda com as ideias apresentadas por Eduardo Prado em *A ilusão americana*. De acordo com Carmen Lucia Felgueiras³⁵, o que constituía alvo principal da “indignação de Prado era o ‘servilismo voluntário’ a que se prestava a República brasileira ao imitar os EUA”. Ainda segundo a autora, o fato de buscar na carta constitucional dos Estados Unidos sua fonte de legitimação representava, para Eduardo Prado, perda da identidade nacional, afirmando que “o furor imitativo dos EUA tem sido a ruína da América”³⁶. Nesse sentido, “a melhor maneira de combater esse problema seria seguir as leis de desenvolvimento histórico de cada sociedade. No Brasil, estas levariam à continuidade da tradição monarquista”³⁷. Nos dizeres do autor, “sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, só assim seremos alguma coisa”³⁸.

29 Burns apud Altemani, Op. Cit., p. 39.

30 Ibidem, p. 36.

31 Barreto. “O nosso ‘ianquismo’” (1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 480.

32 Barreto. “Vera Zassulitch” (1918). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 365.

33 Barreto. “São capazes de tudo...” (1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 447.

34 Barreto. “O nosso ‘ianquismo’” (1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 481.

35 Felgueiras, Carmen. “Manifesto anti-americano”. Revista de História da Biblioteca Nacional, 04 abr. 2010. Disponível em [http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/manifesto-anti-americano]. Acesso em: 01/12/2014.

36 Prado apud Idem.

37 Felgueiras. Op. Cit.

38 Prado apud Idem.

Em uma confissão, Lima Barreto revela “sempre fui contra a república” e vai além ao afirmar que “sem ser monarquista, não amo a república”³⁹. Não se tratava de raciocínio especialmente único e original. Seu conterrâneo e dono do mesmo sobrenome, Paulo Barreto, o João do Rio, a quem Lima dirigia críticas nada amistosas, colocou na boca de um de seus personagens de *Alma encantadora das ruas* a seguinte afirmação: “a Monarquia tinha as suas vantagens. Era mais bonito, era mais solene. Não vá pensar que eu sou inimigo da República”.⁴⁰

Lima Barreto resume a proclamação da República como “a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados”⁴¹. A transição do regime político seria, tão somente, a circularidade das elites, de modo que “toda a nossa administração republicana tem sido um constante objetivo de enriquecer a antiga nobreza agrícola e conservadora, por meio de tarifas, auxílios à lavoura, imigração paga, etc.”⁴². Os defensores da república atribuiriam suas falhas à vigência recente dela: “da república, quando alguém lhe acusa os erros e as faltas, os seus defensores alegam a novidade do régimen e que precisa da experiência dos anos para mostrar as suas excelências”⁴³. Por ocasião da morte da Princesa Isabel, Lima Barreto diz que “não posso deixar de confessar que simpatizo com essa eminente senhora”. E aproveita para dirigir suas críticas ao novo regime que alcançava então pouco mais de três décadas de existência: “não será, pensei de mim para mim, que a República é o régimen da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo do *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo”⁴⁴.

Para Lima, a república instituiu, contraditoriamente, costumes aristocráticos. Se D. Pedro II, “o velho imperador que era Habsburgo, Bragança e não sei o que mais, não gostava muito dessas suntuosidades reais”, as visitas do presidente Roca, da Argentina, e do Rei Alberto, da Bélgica, imprimiam “suntuosidades reais” ao cerimonial republicano. E conclui que “as revoluções se sucedem, mas no fundo as coisas continuam na mesma e

39 Barreto. “O momento” (1915). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 174.

40 Do Rio, João. João do Rio: uma antologia. 6ª edição (seleção e apresentação de Luís Martins). Rio de Janeiro: José Olympio, 2024. P. 44; No artigo “A política republicana”, Lima Barreto diz não gostar, tampouco tratar de política. Mais que isso, “não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política”. Ainda assim, diz que sua “obrigação de escritor leva-me a dizer alguma coisa a respeito, a fim de que não pareça que há medo em dar, sobre a questão, qualquer opinião”. In: Barreto. “A política republicana” (1918). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 392.

41 Barreto. “Tribunal histórico republicano” (1920). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 108.

42 Idem.

43 Barreto. “O reconhecimento” (1921). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 346.

44 Barreto. “15 de Novembro” (1921). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 460.

vêm afinal as novidades que aquelas trazem se ligar com as velharias que foram derrubadas”⁴⁵. Sobre essa República, afirma que “é nas famílias ultra republicanas de políticos ou semipolíticos da nossa república de igualdade, liberdade e paternidade que tão curiosas inclinações servis se hão revelado de uma forma surpreendente”⁴⁶.

A arrogância do *parvenu* e a estupidez do arrivista

Em *Numa e a ninfa*, Lima Barreto discorre, em trecho extenso e com seu ângulo bilontra, sobre a imagem que o Brasil desejava projetar no exterior e qualifica os diplomatas como “nossos dirigentes” – “essa gente tão bonita, tão limpa, tão elegante”⁴⁷. Seriam “homens viajados e influentes”, “com esse tolo e irritante feitio de pensar”⁴⁸. Lima Barreto se contrapõe ao projeto do “Senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro, como aí dizem”, que cismava que

havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa, que lhe devia dar um grande exército, uma grande esquadra, de elefantes paralíticos, de dotar a sua capital de avenidas, de *boulevards*, elegâncias bem idiotamente binoculares e toca a gastar dinheiro, toca a fazer empréstimos⁴⁹.

Nesse projeto civilizatório, a comparação com Buenos Aires era inevitável, “sempre perturbou o julgamento das coisas” e não comportava espaço para acomodar descendentes de negros escravizados. Se a “capital argentina não tem pretos”, “o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos” e, além disso, apesar de ser “cortado de montanhas”, devia ter “largas ruas retas”, como tem a capital portenha. Assim, “o Rio civiliza-se”⁵⁰.

De acordo com Lima Barreto, “se lá [na Argentina] aparecem desenhos em que o Brasil figure com pretos, os sábios de cá de casa vociferam que aqui não há pretos”⁵¹. Segundo ele, “os diplomatas encarregam-se até de mandar os desenhos tidos como ofensivos para

45 Barreto. “O rei e a galeota” (1920). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 223.

46 Barreto. “Sobre a arte culinária” (1920). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 220.

47 Barreto, Lima. *Numa e a ninfa*, 2017, p. 166.

48 *Ibidem*, p. 167.

49 Barreto. “A volta” (1915). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 166.

50 *Ibidem*, p. 166-167.

51 Barreto. “Um conselho” (1915). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 171.

o Itamarati e a Secretaria do Exterior, pressurosa, envia-os aos jornais”⁵². O escritor relata sua experiência pessoal, quando “trabalhava no *Fon-Fon*” e “com grande espanto meu, vi chegar um emissário do Senhor Rio Branco, trazendo um desenho que quase desencadeou uma guerra entre o Brasil e a Argentina”⁵³, além de fazer troça da injúria racial perpetrada pela imprensa argentina que retratava como “macaquitos” os brasileiros⁵⁴. O ideal de construção de uma civilização nos trópicos, inaugurado com a vinda da Família Real portuguesa em 1808 – projeto que não comportava a cor local e, portanto, ignorava a realidade nacional – era denunciado por Lima Barreto.

Quando trata da ocupação de próprios nacionais (isto é, imóveis de propriedade do Estado), Lima Barreto argumenta que “maior escândalo dessa ocupação indébita foi dado pelo Senhor barão do Rio Branco que, sem lei, autorização, artigo de regulamento, transformou o palácio do Itamarati em sua residência”. Lima afirma que “ninguém nada disse, porque o Senhor Rio Branco podia perpetrar todos os abusos, todas as violações da lei, impunemente”⁵⁵. De fato, é sabido que Juca Paranhos, como era conhecido o diplomata, habitava o Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro. Nesse sentido, Lima Barreto compara Paranhos a Santos Dumont, cujas ações também fugiam ao escrutínio da lei: “sei bem que Santos Dumont é como o barão do Rio Branco; está sagrado, está sob ‘tabu’”⁵⁶. Lima critica a gestão do Barão, que

começou por desobedecer à Constituição, não apresentando os relatórios anuais, transformando um edifício público em sua residência, nomeava para os lugares de seu ministério quem entendia, sem obedecer os artigos da lei, e acabou criando essa excrescência, essa inutilidade que é o lugar de subsecretário das Relações Exteriores⁵⁷.

A historiografia da política externa brasileira, no entanto, valoriza e romantiza esse fato, como se depreende desse trecho de *Navegantes, bandeirantes e diplomatas*, de autoria do diplomata Synesio Sampaio Goes Filho⁵⁸,

o Barão do Rio Branco faleceu em 1912 em seu gabinete no Palácio do Itamaraty, que era também seu quarto de dormir. Numa fotografia famosa, tirada no dia seguinte ao de sua morte, veem-se várias mesas em desordem, abarrotadas de livros,

52 Idem.

53 Idem.

54 Barreto. “Macaquitos” (1920). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 224.

55 Barreto. “Os próprios nacionais” (1915). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 164.

56 Barreto. “Que fim levou?” (1911). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 97.

57 Barreto. “Os próprios nacionais” (1915). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 164.

58 Goes Filho, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*, 1999, p. 256-257.

mapas e papéis; atrás delas, encostadas numa parede, ‘uma modesta cama de estudante’, isolada do resto da sala por uma improvisada cortina semiaberta. Não é difícil imaginar que o Brasil era assunto de todos aqueles escritos...

Era como se o fato de morar no mesmo lugar em que se trabalha, um próprio nacional, representasse sua dedicação total ao serviço público, em geral, e ao diplomático, em particular. O que passa à historiografia como honradez era denunciado por Lima Barreto como flagrante ilegalidade: “começou a residir na própria secretaria, abuso manifesto e exceção singular, quando os outros seus colegas moravam em suas casas particulares”⁵⁹. Além disso, “não contente com tanta comodidade, quando sentia muito calor, mudava-se para Petrópolis, levando uma boa parte da secretaria, cujos funcionários seguiam-no, tendo grossas gratificações”⁶⁰. Isso não impedia que fosse reconhecido “como uma espécie de herói, ‘o maior dos brasileiros’, na expressão disseminada pelo então Deputado Dunshee de Abranches”⁶¹.

Goes Filho⁶², no entanto, propõe uma leitura que se coaduna, em parte – ou seja, no que se refere à falta de inclinação artística do ministro –, com as opiniões de Lima Barreto: “dizer que não tinha grande talento, é, entretanto, incorreto, porque o tinha, sim, pelo menos nas atividades a que se dedicou a serviço do Brasil. **O que parece é que não possuía os pendores artísticos ou literários que distinguem vários homens intelectuais superiores**”. Reconhece, por oportuno, que “o que conhecia era a História do Brasil, mas a conhecia profundamente, nos seus fundamentos, nos papéis oficiais, nos mapas, nos papéis privados de seus personagens. Era um erudito nesse campo e isso num vasto continente em que a superficialidade e o diletantismo imperavam”⁶³. No romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* o ministro é descrito como sujeito de “uma mediocridade supimpa, fora do seu tempo, sempre com o ideal voltado para as tolices diplomáticas e não com a inteligência dirigida para a sua época”.

De cunho satírico, o livro *Os Bruzundangas*, publicado postumamente em 1923, apresenta a fictícia República dos Estados Unidos da Bruzundanga, com uma espécie de Constituição dividida em 22 capítulos a disciplinar aspectos relacionados ao funcionamento desse pretenso Estado. No capítulo VII, intitulado “a diplomacia da Bruzundanga”, Lima Barreto descreve a obtenção de “empregos diplomáticos ou consulares” ou “em

59 Barreto. “A corte do Itamarati” (1918). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 395.

60 Idem.

61 Goes Filho, Synesio. Op. Cit., p. 257.

62 Ibidem, p. 258.

63 Idem.

falta destes os de adidos e ‘encostados’ às legações e consulados” como “um dos meios de que a nobreza doutoral lança mão para safar-se do país”⁶⁴.

O escritor critica, ainda, o caráter daqueles que optam por ingressar na carreira diplomática, como se depreende do trecho a seguir: “o sonho do jovem diplomático não é ser Talleyrand, é ser Don Juan⁶⁵ para uso externo”⁶⁶, ao que se somaria uma suposta incursão ao exterior como forma de exercer efetivamente sua orientação sexual: “lá, não se distinguindo bem a mulher anamita do homem, devia acontecer surpresas bem agradável com semelhante ‘engano d’arma ledado e cego’”⁶⁷. Além disso, recomenda, sempre de forma irônica, o seguinte: “outra coisa que um recomendável aspirante a diplomata deve possuir são títulos literários. Não é possível que um milhar de candidatos, pois sempre os há nesse número, tenham todos talento literário, mas a maior parte deles não se atrapalha com a falta”⁶⁸. Sobre a qualidade literária desses pretensos autores, Lima Barreto argumenta:

Pelo simples fato de terem palmilhado terras estranhas e terem visto naturalmente algumas obras-primas, os diplomatas da Bruzundanga se julgam todos eles artistas, literatos, homens finos, *gentlemen*.

Não pensem que eles publicam obras maravilhosas, profundas de pensamentos, densas de ideias; não é isso bem o que publicam.

Afora um ou outro que não se veste pelo figurino da maioria, o que eles publicam são sonetos bem rimadinhos, penteadinhos, perfumadinhos, lambidinhos, cantando as espécies de jóias e adereços que se encontram nas monstras dos ourives.

[...] e, imediatamente, se apresentam candidatos à Academia de Letras da Bruzundanga⁶⁹.

De *Vida e Morte de M. J. Gonzaga da Sá* consta o seguinte trecho:

– O Barão hoje de manhã recebeu um poeta.
– E daí?

64 Barreto. Os Bruzundangas. 2013 [1923], p. 60.

65 Curiosamente, “Don Juan” é como Ivan Marques se refere ao diplomata e poeta João Cabral de Melo Neto durante sua temporada em Sevilha, na Espanha. Disponível em [<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/don-juan-em-sevilha/>]. Acesso em 13/08/2024.

66 Barreto. Os Bruzundangas. 2013 [1923], p. 60.

67 Idem.

68 Idem.

69 Ibidem, p. 63.

- O poeta, extraordinariamente inquieto, visivelmente embaraçado, foi-lhe perguntar se devia grafar amor com maiúscula.
- E o Rio Branco?
- Que não era conveniente no meio do verso; mas, no começo, quase se impunha.
- Tenho satisfação em ver de que modo superior vai o Barão influenciando nas nossas letras.
- E com espírito!... Ah! O Barão!⁷⁰

Em *Os Bruzundangas*, o Visconde de Pancome, personagem frequentemente estudado e identificado como uma sátira do Barão do Rio Branco, é descrito como “de fato um homem inteligente, mesmo de talento”. Faltava-lhe, no entanto, “o senso do tempo e o sentimento do seu país”. Seria um “historiógrafo”, mas não era um “historiador”, no sentido de que era um acumulador de nomes, datas e fatos, sem se preocupar com a devida análise do processo histórico: “sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração”⁷¹. Centrava-se na história política, voltada à ação diplomática, e ignorava a ação social. Era uma república para consumo externo:

Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país só existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com as suas necessidades de desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros⁷².

Pancome assumia tal importância em Bruzundanga que é um dos únicos personagens a receber identificação nominal, ao lado do “Mandachuva” – o presidente dessa república fictícia. O diplomata Goes Filho ignora que houvesse oposição a Rio Branco quando afirma que “mas sempre, em qualquer momento, a opinião pública lhe foi francamente favorável”⁷³, não obstante confirma, de modo quase elogioso, aquilo que apontava Lima Barreto sobre o projeto civilizatório do Barão: “gostava de se mostrar aos estrangeiros cercado de intelectuais, de gente bonita e elegante porque achava que seu prestígio refletia o do país”⁷⁴. Sobre a opinião pública, o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* admite que “não é que todos nós não lhe reconheçamos os seus serviços. A opinião pública do Brasil deu-lhe as mais entusiásticas provas e o Congresso votou-lhe uma dotação

70 Barreto, Lima. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (apresentação e notas Marcos Scheffêl). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2023, p. 93.

71 Barreto. *Os Bruzundangas*. 2013 [1923], p. 87.

72 Idem.

73 Idem.

74 Ibidem, p. 259.

e uma pensão mensal que, consta, se estendeu às suas filhas”⁷⁵. O que revoltava o escritor carioca era a impunidade do chanceler, contra a qual exclamava: “mas daí ele se pôr acima da lei, julgo que é muito!”⁷⁶.

Não é preciso citar textos para se mostrar que não apresentar o relatório exigido pela Constituição é uma desobediência à lei; que mudar uma repartição para um estado vizinho é um absurdo; que residir em próprio nacional sem autorização, é outro; que nomear empregados de concurso sem ele, é outro; que distribuir gordas gratificações é outro; etc.

Em trecho extenso, Gonzaga de Sá perfila supostas ilegalidades perpetradas pelo Barão:

– Este Juca Paranhos (era outro modo dele tratar o Barão do Rio Branco) faz do Rio de Janeiro a sua chácara... Não dá satisfação a ninguém... Julga-se acima da Constituição e das leis... Distribui o dinheiro do Tesouro como bem entende... É uma espécie de Roberto Walpole... O seu sistema de governo é a corrupção... Mora em um palácio do Estado, sem autorização legal; salta por cima de todas as leis e regulamentos para prover nos cargos de seu ministério os bonifrates que lhe caem em graça. Em falta de complicações diplomáticas, ele as arma, para mostrar o seu atilamento de Talleyrand, ou a sua astúcia bismarckiana. É um autocrata, um Quediva, porque “isto” é bem um futuro Egito...⁷⁷

Como descreve Lima, “para os jovens literatos, frequentar o barão oferecia grandes vantagens, pois o ilustre titular conhecia geografia do Brasil e atitudes cerimoniosas e dava empregos”⁷⁸. O conhecido, com menor ou maior exagero, método de recrutamento do Barão – que “não nomeava um secretário de legação, sem lhe medir bem o ângulo facial, o cefálico e examinar se o rapaz sabia dançar convenientemente” – teria encontrado continuidade nas gestões posteriores. O Senhor Azevedo Marques⁷⁹ “gaba-se dos seus concursos, à vista do papel brilhante que desempenha o seu secretário, rodopiando com a rainha da Suécia, a bordo de um couraçado inglês; mas, sem desfazer nos seus concursos, os de Rio Branco eram mais aperfeiçoados”.⁸⁰

75 Ibidem, p. 396.

76 Idem.

77 Barreto, Lima. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá, 2023, p. 93.

78 Barreto. “A corte do Itamarati” (1918). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 395.

79 José Manuel Azevedo Marques foi nomeado pelo presidente Epitácio Pessoa ministro das Relações Exteriores em julho de 1919, cargo que exerceu até novembro de 1922. Nesse período, na sequência da Primeira Guerra Mundial, sua “atuação à frente do Ministério do Exterior foi marcada pela reforma dos regulamentos diplomáticos e pelas negociações sobre os limites do Brasil com o Peru e a Bolívia”, de acordo com sua biografia constante do site do CPDOC.

80 Barreto. “Importância da dança no intercâmbio comercial” (1921). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 452.

Também critica uma suposta cultura da opulência inaugurada pelo Barão: “um cidadão de segundo-secretário a primeiro, banquete; um outro passa de amanuense a segundo-secretário, banquete... Herança do Rio Branco!... Outro dia, como o Serapião passasse de servente a contínuo, logo lhe ofereceram um banquete”.⁸¹ O autor de *Os Bruzundangas* identifica “o recheio de ridículo” da instituição diplomática após a proclamação da República, como se depreende do seguinte trecho:

Nem sempre foi assim a diplomacia da Bruzundanga. Mesmo depois de lá se ter proclamado a República, os seus diplomatas não tinham o recheio de ridículo que atualmente têm.⁸²

Para Lima Barreto, os republicanos brasileiros se baseavam no modelo norte-americano, no qual se destacariam “a arrogância do *parvenu*” e “a estupidez do arrivista que não sabe esperar pelo tempo e outras circunstâncias mínimas para ter personalidade”⁸³. Lima concorda com as ideias de Eduardo Prado, e afirma que “só o tempo faz o que o tempo não destrói; e seremos muito tolos se imitarmos os americanos nas suas idiotices e pretensões com o descomunal”.⁸⁴

A escola diplomática da tesoura e goma-arábica

Em tom de menoscabo, Lima Barreto se referente aos diplomatas como “amanuenses”. Daí a confusão que incorrem seus biógrafos e demais pesquisadores quando não identificam no artigo intitulado “A amanuensa” uma ironia em relação à admissão, por concurso público, da primeira diplomata mulher na chancelaria brasileira. Dirigir-se desse modo aos diplomatas tinha um motivo. De acordo com Lima, Rio Branco “estava fazendo a escola diplomática da tesoura e goma-arábica”⁸⁵. Assim, o ofício diplomático na Secretaria de Estado das Relações Exteriores consistiria em “recortar avisos, ofícios, decretos e portarias do *Diário Oficial*, e a colá-los em meio-almaço, numerando-os cuidadosamente, tal e qual fazia um contínuo de balandrau, na portaria do teu ministério”⁸⁶. Lima Barreto descreve a tal escola diplomática da tesoura e goma-arábica em

81 Barreto. “A gratidão do Assírio” (1915). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 233.

82 Idem.

83 Barreto. “O edifício da Cruz Vermelha” (1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 553.

84 Idem.

85 Barreto. “Carta aberta” (1917). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 283.

86 Idem.

artigo em que comenta a nomeação, feita pelo Rio Branco, de Hélió Lobo como “amanuense, sem concurso, da Secretaria do Exterior”⁸⁷ – ou seja, como diplomata. Além disso, carrega nas tintas quando afirma, ao se referir a Lobo, que “dizem por aí que, da mesma forma que os príncipes se casam, tu foste nomeado pelo retrato. Não acredito, porque o teu retrato, que anda por aí, tem tal ar que não há ninguém capaz de supor que tu saibas ler e escrever”.⁸⁸ Segundo ele, “o barão só não gostava de inscientes, quando fossem feios ou mulatos”.⁸⁹

Lima Barreto se opunha à investidura de Hélió Lobo na ABL, cuja campanha estava em curso. Que Hélió Lobo conseguisse um lugar na representação nacional não era de todo estarrecedor para Lima Barreto, já acostumado a nomeações “no tapetão”, mas que Lobo almejasse um lugar na ABL era algo que feria o orgulho do escritor carioca. Assim, encerra a o artigo intitulado “Carta aberta” publicado na imprensa com a seguinte recomendação ao diplomata: “Pois, há quem me diz, queres ser acadêmico, literato, lá não é o teu lugar, Hélió. Que é que tu vais fazer lá? Responde-me, meu caro Hélió Lobo. É recado do teu Lima Barreto”⁹⁰. De fato, o diplomata foi eleito em junho de 1918, em pleito disputado justamente por Lima.

Lima, derrotado em sua disputa por uma vaga na ABL por Hélió Lobo, escreve para Monteiro Lobato, e repete aquilo que constava de sua coluna na imprensa: “tu julgavas que eu ia ser grande coisa e nunca mais, apesar de tua elegância e braquindade, me deixaste de cumprimentar. Não sou nada até hoje, Hélió; mas, uma coisa sou: eu sou amanuense por concurso, e brilhante, sem favor, nem humildade”⁹¹. Na missiva privada endereçada a Monteiro Lobato, revoltava-se igualmente contra o fato de Lobo tê-lo “tratado antes a modo de pessoa poderosa”⁹² e não de forma desinteressada – impossível não constatar algum ressentimento nesses escritos. E arremata: “sei bem que não dou para a Academia e a reputação da minha vida urbana não se coaduna com a sua respeitabilidade. De *motu próprio*, até, eu deixei de frequentar casas de mais ou menos cerimônia – como é que podia pretender a Academia? Decerto, não”.⁹³

87 Ibidem, p. 282.

88 Idem.

89 Idem.

90 Ibidem, p. 284.

91 Ibidem, p. 282.

92 Cavalheiro, Edgard. A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto (organização Valéria Lamego). 2ª ed. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2017, p. 74.

93 Idem. Em sua disputa por um assento na ABL, Lima Barreto contava com o apoio incontestável do jornalista e “imortal” João Ribeiro: “embora fazendo restrições à vida boêmia do escritor, João Ribeiro não hesita em afirmar que ‘Lima Barreto entraria pela porta principal e talvez pela minha mão se fosse ela firme, e eu pudesse estender-lha’. In: Op. Cit., p. 74.

Com o mesmo processo de produção adotado em seu ofício no Itamaraty, Hélio Lobo publicava seus livros, de acordo com Lima. “Não há nada nos seus livros”, exclamava Lima Barreto; “o que há de propriedade do mesmo nas obras em que põe o nome, são os comentários mais tolos, indignos do mais humilde repórter de polícia”⁹⁴. Nesse processo, Lobo não faria mais do que “transcrever avisos, ofícios, portarias, decretos, resoluções e mandar imprimir tudo isso à custa do governo, na Imprensa Nacional”⁹⁵. Como explica a biografia de Hélio Lobo no sítio eletrônico da Academia, “isolando-se na biblioteca do Itamaraty, compulsando documentos, reuniu material para muitas obras, que lhe dariam um lugar primacial na história da diplomacia”⁹⁶. Lima Barreto critica veementemente a ABL: “a Academia é perfeitamente o cemitério das letras e dos literatos. Os que estão lá, não passam de cadáveres bem embalsamados”⁹⁷ – interessante notar que o autor intitula *Cemitério dos vivos* o livro escrito durante sua própria internação no hospício.

Nessa toada, “o Brasil, com esse amor aos diplomados, aos distintos, aos enfeitados com medalhinhas de solenidade de escola, acaba como a China, com os seus mandarins e com a sua literatura de versos de légua”⁹⁸. Contra o suposto desvirtuamento do ideal da ABL, então recém-instituída com o objetivo de ser um valhacouto consagrado às letras, Lima Barreto não deixou de soltar largas alfinetadas aos diplomatas: “a Academia Brasileira começou com escritores, tendo estes por patronos também escritores; e vai morrendo suavemente em cenáculo de diplomatas *chics*, de potentados do ‘silêncio é ouro’, de médicos afreguesados e juízes *tout à fait*”⁹⁹. Nessa ordem de ideias, critica a nomeação de Hélio Lobo – a quem qualifica como “o mais presumido bobo de que se tem notícia no Brasil que escreve”. Quanto à participação de diplomatas em espaços de letras, Lima Barreto expõe que “os sábios diplomatas, para fazer bonito, adotam e escrevem artigos nos jornais e peroram burrices repetidas”¹⁰⁰.

No reduzido meio intelectual do Rio de Janeiro do início do século XX, os membros da diplomacia brasileira disputavam espaço no círculo literário. De acordo com Lima Barreto, esse seria o caso do próprio Rio Branco, que dispunha de uma cadeira na ABL, então recentemente fundada, mas que também exercia a função de jornalista – ainda que recorrentemente por meio de pseudônimos. Por sua vez, o escritor carioca teve sua candidatura à ABL recusada em duas ocasiões e, em uma terceira ocasião, teria retirado

94 Barreto. “O ideal do Bel-Ami” (1916). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 263.

95 Idem.

96 <https://www.academia.org.br/academicos/helio-lobo/biografia>. Acesso em 24/9/2024.

97 Barreto. “Duas relíquias” (1920). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 135.

98 Barreto. “O ideal do Bel-Ami” (1916). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 265.

99 Barreto. “Mais uma” (1917). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 270.

100 Barreto. Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá. 2023, p. 145.

seu nome da disputa. Isso contribuía para acirrar a animosidade de Lima Barreto em relação à classe dos diplomatas. Os operadores da política externa, no entanto, ocupavam lugar privilegiado nessa competição por um lugar de congraçamento no ofício das letras, sem que contassem, necessariamente, com produção literária de relevo.

Em artigo que serve como uma espécie de manifesto contra a suposta ditadura literária de Coelho Neto, Lima Barreto diz não poder compreender que a literatura “seja caminho para se arranjar empregos rendosos ou lugares na representação nacional”, referindo-se ao Itamaraty¹⁰¹. A exigência do título de doutor, de bacharel, criava “obstáculos aos honestos de inteligência, aos modestos que estudaram, dando esse espetáculo ignóbil”, ao que se segue a enumeração “diretores de bancos oficiais, de chefes de repartições, de embaixadores, de deputados, de senadores, de generais, de almirantes, de delegados”. Todos eles – embaixadores incluídos – teriam “menos instrução do que um humilde contínuo; e, apesar de tudo, quase todos mais enriquecem, seja pelo casamento ou outro qualquer expediente, mais ou menos confessável”.¹⁰²

Outro diplomata com pretensões literárias contra o qual Lima Barreto se rebelou foi Domício da Gama, auxiliar de Rio Branco nas negociações do Tratado de Petrópolis, segundo embaixador brasileiro em Washington e Ministro das Relações Exteriores no curto mandato do esquecido Delfim Moreira¹⁰³. Sobre Domício da Gama, Lima afirma que “a sua literatura foi uma coisa assexuada, caititinha, limpinha, sem altos nem baixos, sem um acento forte de um qualquer sentimento pessoal e muito menos geral”. Além disso, “o Senhor Domício não tem em si atividade mental bastante poderosa para criar, para inventar, para desdobrar a sua personalidade em escritos bons ou maus, quando quer e quando não quer”.¹⁰⁴

Tudo nele seria imitação, tanto na literatura quanto na diplomacia. De acordo com Lima, “na sua falta de relevo, na sua lamentável indigência de atributos próprios e dominantes, ele tem sido um caso eloquente e público de mimetismo”.

Os seus escritos trazem não só a influência mas imitação de Machado de Assis. Há, entretanto, uma diferença: se os sestros e as esquisitices do velho Machado tinham nascido dele mesmo, do amplo solo de sua alma dorida; as cravinas literárias do Senhor Domício haviam sido cultivadas em um pote de janela e regadas com um regador de menina de qualidade.

Nasciam murchas.¹⁰⁵

101 Barreto. “Qualquer coisa” (1911). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 89.

102 Barreto. “A superstição do doutor” (1918). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 346.

103 Delfim Moreira assumiu interinamente a presidência do Brasil entre novembro de 1918 e julho de 1919, devido à doença e morte de Rodrigues Alves. Faleceu enquanto ocupava a vice-presidência em julho de 1920.

104 Barreto. “A casa dos espantos” (1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 574.

105 Idem.

Na diplomacia, por sua vez, “depois que lhe embranqueceu o cabelo, tratou o autor dos *Contos a meia-tinta* de vestir-se à Joaquim Nabuco; e, quando o fizeram embaixador, viu logo o Itamarati e imitar nele Rio Branco. Chegou lá”¹⁰⁶. De acordo com Lima Barreto, o Barão do Rio Branco criava questões para serem resolvidas pela diplomacia. Rio Branco resolvia e era por isso reconhecido. Gama teria o mesmo método de atuação e, na percepção do escritor, conseguiu ser pior que o Barão.

Àquilo que o embaixador Marcus Azambuja chama carinhosamente “casa bem-assombrada”¹⁰⁷, Lima Barreto se refere como “A casa dos espantos”¹⁰⁸, desde a administração de Rio Branco, mas Domício da Gama, com seu mimetismo, teria elevado isso ao seu nível mais assombroso: daí, “foi preciso que viesse o doutor Domício para se dar esse espanto *maximum*, que talvez não seja o *maximorum*...”¹⁰⁹. O que Lima parece não suportar é a pretensa mirada dos diplomatas como escritores.

Era, convém frisar, a ocupação dos meios literários por diplomatas o que irritava Lima. Classifica Domício, nas letras, como “literato *raté*” que “é feito logo presidente da Academia de Letras” e, na diplomacia, “como veículo dos micróbios da cultura americana”¹¹⁰. Assim, “o senhor Domício é mimeto, é acomodaticio e faz literatura pouco própria, para as sinhás-moças”¹¹¹. De fato, nenhum dos diplomatas que tiveram sua literatura contestada por Lima Barreto são hoje reconhecidos literatos de expressão – nem Helio Lobo nem Domício da Gama.

Nem o próprio Domício da Gama deixava de estranhar sua eleição para a ABL, como bem demonstra sua correspondência com José Veríssimo¹¹². Da Gama era autor de dois livros – *Contos a meia-tinta*, de 1891; e *Histórias curtas*, de 1901 –, ambos publicados anteriormente à sua entrada na carreira diplomática, assim como se deu sua eleição para a ABL. Sobre *Contos a meia-tinta*, Tereza França argumenta que “o livro nunca foi um grande sucesso de público, apesar de receber críticas favoráveis”¹¹³. *Histórias curtas* chegou mesmo a ser autofinanciado no valor de dois mil francos em sua publicação “para

106 Idem.

107 Azambuja, Marcos de. “Casa bem-assombrada: o Itamaraty antes da sua ida para Goiás”. Revista Piauí. Edição 54, março 2011. Disponível em: [<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/casa-bem-assombrada/>]. Acesso em 14/09/2022.

108 Ibidem, p. 575.

109 Idem.

110 Idem.

111 Idem.

112 França, Tereza. *Self Made Nation: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso*. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. UnB, 2007.

113 Idem.

ver se lhe daria retorno financeiro”. Depois constatou “que a publicação não havia tido vendagem alguma, pois a *Gazeta de Notícias* o distribuía de graça”, o que o deixou “profundamente aborrecido”¹¹⁴. Em revanche à tomada de posse das instituições por diplomatas, Lima revela o desejo de conseguir “um lugar ou mesmo uma comissão na Europa, na Ásia ou até na África onde pudesse espairecer um pouco o meu tédio”.¹¹⁵

Considerações finais

Lima Barreto ocupou-se da temática internacional e confirma que, de fato, a política externa era conversada na rua do Ouvidor e animava a imprensa da época. A “implicação parva” do escritor com os diplomatas devia-se, em parte, à relação promíscua que os ocupantes da corte de Rio Branco mantinham com o universo das letras, no contexto de nascimento da denominada diplomacia cultural brasileira, que tinha na difusão da língua portuguesa seu eixo em mais avançado estágio de desenvolvimento. Assim como a literatura não devia ser algo alheio à realidade nacional e pretender mimetizar experiências outras, a diplomacia tampouco podia ser apartada da população nacional. Lima representava bem o embate entre a república das letras e a república da política – apontado por José Murilo de Carvalho –, e afirmava que “o Itamarati, porém, nada enxerga dentro do Brasil”¹¹⁶. O autor expunha o deslocamento do MRE em relação àquilo que representava. Em “Alta cultura”¹¹⁷, afirma que “o Itamarati, por isso, é o modelo das nossas repartições. Ele sabe tudo – intrigas, motins, maneiras, modas – que se passa lá fora e pouco ou nada do que se passa cá dentro”. O Itamaraty estaria afinado com as “mazelas de salão por cima”, mas havia esquecido de “Sapucaia por baixo”.

Os vinte anos de crise, na expressão de Edward Carr, que se seguiam à “paz de Versalhes” também coincidam com o acirramento do estado de saúde de Lima Barreto que falece em 1922, derrotado na guerra que travava contra o consumo excessivo de álcool. O interesse de Lima por assuntos além das fronteiras nacionais alcança a própria morte do escritor, que falece com um exemplar da revista francesa *Revue de Deux Mondes* em mãos, como relatam seus biógrafos.¹¹⁸ O autor afirmava que nascera pobre, mas que gostava de

114 França. “Domício da Gama: a diplomacia da altivez”. In: Pimentel (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*, 2013, v. 2, p. 614.

115 Barreto. “Voto feminino” (1921). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 374..

116 Barreto. “São capazes de tudo...” (1919). In: Resende; Valença, 2004, v.1, p. 447.

117 Barreto. “Alta cultura” (1920). In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 201.

118 Brasileira Fotográfica. Série “1922 – Hoje, há 100 anos” X – A morte do escritor Lima Barreto (1881 – 1922)”. Disponível em [https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=eneas-ferraz]. Acesso em 31/1/2025.

“mármore, estátuas, quadros e tapetes”.¹¹⁹ Apesar de sua residência nos subúrbios, é enterrado no cemitério São João Batista, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

O autor, que é constantemente revisitado sob o ponto de vista do racismo e do desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, também merece ser analisado quanto a suas visões sobre política externa e relações internacionais, de modo a permitir uma aproximação entre história e literatura e para usar fontes além daquelas disponibilizadas pelo Arquivo Histórico do Itamaraty.

Referências

ALTEMANI, Henrique. Política externa brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.

AZAMBUJA, Marcos de. “Casa bem-assombrada: o Itamaraty antes da sua ida para Goiás”. Revista Piauí: São Paulo. Edição 54, Março 2011. Disponível em: [<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/casa-bem-assombrada/>]. Acesso em 14/09/2022.

BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto: 1881-1922. 11ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BARRETO, Lima. Recordações do escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010 [1909].

BARRETO, Lima. Diário Íntimo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. Toda Crônica (apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença). 1ª ed. 2 v. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

BARRETO, Lima. Numa e a Ninfa. São Paulo: Penguin-Companhia, 2017 [1915].

BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. 2ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013 [1923].

BARRETO, Lima. Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2023.

BELCHIOR, Pedro. Tristes subúrbios: literatura, cidade e memória em Lima Barreto. Niterói: Eduff, 2017.

¹¹⁹ Barreto. “Carta aberta, ao jeito dos bilhetes de João do Rio”. In: Resende; Valença, 2004, v.2, p. 228.

BOSI, Alfredo. “Introdução: Figuras do *eu* nas recordações de Isaías Caminha”. In: BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010 [1909].

BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto*. 3ª. ed. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2021.

BOTELHO, Denilson. “Lima Barreto entre a parceria do elogio mútuo e a crítica literária: história e literatura no Brasil da Primeira República”. *ArtCultura* (UFU), v. 23, p. 100-116, 2021.

CASTRO, Ruy. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019,

CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto: com notas, manuscritos e acréscimos* (organização Valéria Lamego). 2ª ed. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2017.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CORRÊA, Felipe Botelho. *Sátiras e outras subversões: textos inéditos*. 1. ed. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2016.

DO RIO, João. *João do Rio: uma antologia*. 6ª edição (seleção e apresentação de Luís Martins). Rio de Janeiro: José Olympio, 2024.

FELGUEIRAS, Carmen Lucia. “Manifesto anti-americano”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 04 abr. 2010. Disponível em [<http://www.revistade-historia.com.br/secao/leituras/manifesto-anti-americano>]. Acesso em: 01/12/2014.

FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. “Domício da Gama: a diplomacia da altivez”. In: José Vicente de Sá Pimente. (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. 1ed. Brasília: FUNAG, 2013, v. 2, p. 607-652.

FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. *Self Made Nation: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso*. 2007. 408 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Brasília: FUNAG, 2018.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LOPES, Dawisson. “Os últimos parnasianos. Ascensão e declínio do formalismo na Casa de Rio Branco”. *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. 65, p. 66-76, 2014. Disponível em [<https://insightinteligencia.com.br/os-ultimos-parnasianos-ascensao-e-declinio-do-formalismo-na-casa-de-rio-branco/>]. Acesso em 21/12/2024.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2003.

SCHEFFEL, Marcos. “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá: possibilidades éticas e estéticas do romance moderno brasileiro” In: *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (apresentação e notas Marcos Scheffel). Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2023.

Recebido em 31 de janeiro de 2025
Aprovado em 19 de outubro de 2025